

VI Congresso Nacional da Associação Sindical dos Funcionários
de Investigação Criminal da Polícia Judiciária (ASFIC/PJ)

27 de Março de 2010

José Magalhães
Secretário de Estado da Justiça
e da Modernização Judiciária,

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, de saudação aos novos membros da direcção da ASFIC. Faço votos sinceros de que tenham êxito no exercício do vosso mandato.

A passagem de testemunho que agora tem lugar leva-me a exprimir, também, o apreço que nos merece o trabalho realizado pela anterior Direcção e pelo seu Presidente.

Em nome do Senhor Ministro da Justiça agradeço o vosso convite e saúdo todos os participantes, felicitando-vos pelo tema escolhido para o vosso Congresso.

Deixem-me que vos diga, no entanto, que os mais pesados desafios que enfrentais foram aqui bem enumerados pela representante da ASJP: como combater a indiferença, isto é, mobilizar os vossos associados para darem um contributo para a resolução dos problemas de que depende o sucesso no combate ao crime. Não tem qualquer relevância um debate pró ou contra o sindicalismo judiciário ou policial em Portugal. Eles existem desde a fundação do regime e existirão. As vezes que demonizam o sindicalismo não percebem o ABC do Estado de Direito democrático. Ouçamo-los sem nos incendiarmos, da mesma forma que ouvimos os adeptos da monarquia exprimir as suas ideias.

É essa a postura do Governo. Faz parte do estilo próprio da equipa governamental liderada pelo Ministro Alberto Martins envolver na tomada de decisões todos os que estão na área da justiça e da investigação criminal. Não se trata de pedir aos outros

ideias por não as termos. Hoje, mais do que nunca, é preciso mobilizar todos os saberes para atingirmos a meta muito desejada no nosso sector: Justiça célere, meios expeditos de investigação, prevenção e combate eficaz à criminalidade, em especial aos crimes violentos, às novas formas de criminalidade transnacional e ao terrorismo.

Por vezes o legislador tem de corrigir soluções? É assim em todas as partes do mundo, salvo naquelas em que a falta de democracia gera legisladores "infallíveis" e amordaça as vozes críticas. Portugal vive sob o paradigma oposto, felizmente.

Vivemos num sector com muitos parceiros e actores, um sector aqui e em todo o mundo confrontado com velhos e novos problemas. Soluções mágicas e fórmulas milagrosas pura e simplesmente não existem.

Precisamos de um debate alargado e plural, onde se cruzem pontos de vista. Com respeito pela "parte de verdade" que pode ter quem não pense como nós e medindo bem as palavras, sobretudo quando formulamos acusações. Como membro do Governo, não posso ouvir o que acabei de ouvir sobre alegadas acções tendentes a construir soluções legais defeituosas e condenadas ao fracasso punitivo sem vos dizer com frontalidade que não conheço titular de órgão de soberania que, de forma dolosa e perversa, tenha projectado e conseguido consumir normas legais desse tipo, deliberadamente ineficazes. Também não vejo o Senhor Presidente da República envolvido, por via da promulgação, num plano desse tipo. Est modus in rebus!

Não precisamos disto, mas sim de debate democrático, em que é normal que haja opiniões distintas e, até, que pesem constrangimentos financeiros, exigindo a mais aturado esforço para obter soluções.

Eis um bom exemplo do método que usaremos. Não é fácil fazer esse debate num contexto em que a dinâmica de "casos", somada à experiência de inúmeros cidadãos e empresas de interacção negativa com o sistema de justiça tende a contribuir para afectar a reputação de quem faz parte do sector. Ninguém é poupado, mas a solução não é ficarmos todos calados ou andarmos em busca de um pensamento único que nos ponha a falar com a afinação de um coro.

É normal que em questões complexas haja dúvidas, teses distintas e zonas de incerteza.

O que faz a força do mundo da Justiça é que ele é, por definição, o reino do contraditório, das vozes que acusam e defendem, de argumentos divergentes. A única coisa essencial é que o debate entre deputados, governantes, magistrados, polícias, advogados, funcionários e cidadãos se faça de forma aberta, leal, tolerante, com respeito mútuo e sem anátemas.

As situações negativas não se alteram por um mero esforço de comunicação mediática ou escondendo as dificuldades. Alteram-se mudando a realidade rumo a serviços públicos de justiça que respeitem os direitos humanos, mais próximos do cidadãos, acessíveis a todos, mais céleres e mais transparentes, e rumo a um reforço dos factores de segurança, de que a vossa acção é peça essencial.

Esta semana o Governo aprovou o Relatório Anual de Segurança Interna que constitui um retrato da situação da segurança no nosso país, dos investimentos realizados e da acção essencial das forças e serviços de segurança e, em especial, da intervenção da Polícia Judiciária, que é chamada a uma exigente prova da sua operacionalidade e capacidade no combate aos crimes mais complexos, aqueles que criam mais dano aos cidadãos e ao Estado de direito democrático. Como sempre haverá quem ponha em causa os números, por só achar credíveis e bons os maus números. O exercício interessante é outros: esmiuçar sectorial e regionalmente os dados, para direccionar meios e acções. Precisamos para isso de mais ferramentas de "data mining" (eis um bom tema de debate) e devemos apostar na georeferenciação de crimes, para melhor planearmos a prevenção e a neutralização).

Os números confirmam o papel essencial da Polícia Judiciária para atingirmos um grau de eficácia muito relevante para a liberdade e segurança dos cidadãos. Realço que além do ocorrido em 2009, já este ano estão a ser conseguidos êxitos assinaláveis na detecção e desmantelamento de vários grupos com a detenção de delinquentes que estiveram envolvidos em crimes de muita violência, graças à acção muito eficaz da investigação conduzida pela Polícia Judiciária.

Engana-se quem considera que o êxito do combate à criminalidade se faz exclusivamente com construções legais ou por mera injeção de mais meios financeiros. É verdade que a investigação criminal pode ser prejudicada quando as opções legais forem erradas ou se escassearem os meios. Mas o desafio que temos pela frente é sabermos investir mais e melhor, afinar soluções legais, apostar na partilha de informação e dotar a Polícia Judiciária de meios humanos e informacionais colocados ao serviço da comunidade.

O caminho certo passa pelo reforço da cooperação e das ferramentas de trabalho conjunto.

É isso que urge debater. Permitam-me que vos alerte, por isso mesmo, para dois temas cuja absoluta lateralidade não justifica grandes dispêndios de energia e debate:

- Sugiro que não gasteis o vosso precioso tempo a temer e exorcizar uma conspiração para instituir em Portugal uma polícia única, subalternizando aquela a que pertenceis, e um Ministério único das Polícias (que são muitas dezenas!). Não é isso que flui da Lei de Segurança Interna em vigor, nem do Programa do Governo. O partido que tal sugeriu perdeu as eleições... Os trabalhos preparatórios da lei estão livremente acessíveis via Internet e sabeis que sou, pelas funções que desempenhei entre 2005 e 2009, testemunha privilegiada de cada um dos passos que levou ao actual quadro legal. O plano "Polícia única" nunca existiu e investir contra ele é investir contra moinhos, havendo temas bem mais reais e difíceis a abordar.

- a segunda nota diz respeito à ideia segundo a qual haveria algo de anómalo no actual regime de nomeação do DN/PJ, sendo urgente desgovernamentalizar a nomeação. Não conheço democracia que tenha optado por tal via. A hierarquia das polícias é nomeada por quem responde pela política de segurança interna perante o parlamento e perante os cidadãos. É uma regra basilar em democracia: quem dirige a política de segurança interna escolhe os responsáveis pela sua execução e colhe aplauso ou crítica em função do acerto da opção que tomou. No vosso caso, é difícil imaginar maior acerto, sendo a primeira vez que o vosso DN é alguém da casa (e membro da ASFIC!), credor de respeito generalizado e nenhuma observação crítica. Estranho seria que ela viesse de vós.

O Programa de Estocolmo e o novo quadro europeu regido pelo Tratado de Lisboa criaram um paradigma avançado para a cooperação internacional entre OPC's que irá alavancar e marcar muitas das nossas acções no futuro. Os recentes êxitos no combate à ETA revelam a atenção que temos de dar à criação de fórmulas de cooperação inovadoras, próprias de uma Europa sem fronteiras.

Quanto aos meios humanos, o Senhor Ministro da Justiça decidiu abrir concurso para colmatar carências de recursos humanos há muito sentidas.

Esperamos resultados positivos das alterações ao Código de Processo Penal esta semana debatidas na AR. Mas não damos menos importância aos projectos que visam simplificar, modernizar e dotar os serviços da justiça, a Polícia Judiciária, os Tribunais e o Ministério Público de novas plataformas informacionais e tecnológicas. Esta semana o MJ autorizou o contrato que vai permitir dotar o MP de uma poderosa aplicação para a Gestão do Inquérito-Crime (AGIC), ferramenta que virá reforçar os meios tecnológicos e informacionais de apoio à investigação criminal, melhorando a comunicação do MP com as polícias. Também está em curso a reformulação do sistema CITIUS (o CITIUS PLUS), que vai permitir a sua consolidação, robustecimento e expansão ulterior aos Tribunais superiores.

Estes e outros projectos têm financiamento garantido e pilotagem assumida.

O orçamento para 2010 reflecte uma aposta muito clara na concretização de projectos de modernização dos sistemas de Justiça e da Polícia Judiciária com uma componente fortemente tecnológica, que consideramos alavanca crucial para a mudança.

Dotar a PJ de novas instalações é bom (será mesmo um salto histórico). Mas é essencial que salto igual seja dado quanto a ferramentas digitais como a Plataforma Integrada do Serviço de Informação Criminal, o AFIS, a automatização de perícias ou o SIIC.

Terá alcance histórico a entrada em funcionamento do sistema Integrado de informação criminal (enquanto plataforma de acesso das polícias e a execução das novas regras e procedimentos no tocante ao intercâmbio de dados e informações de dados de natureza criminal entre as autoridades dos Estados-Membros da União

Europeia) e a modernização dos Gabinetes SIRENE, INTERPOL E EUROPOL, prioridades do Governo. O mesmo se diga quanto à boa aplicação da novíssima lei da cibercriminalidade. Portugal precisa de um centro de prevenção contra ciberataques, em que a PJ tenha papel central. Isso é recomendado por documentos de orientação confidenciais de organizações a que pertencemos e basta ler o recente relatório do Parlamento britânico (esse aberto e acessível via Web, com o título "Protecting Europe against large-scale cyberattacks") para perceber a gravidade dos riscos em que incorremos. Também creio que estais bem precisados de um portal na Internet que facilite o trabalho colaborativo entre vós e dinamize o relacionamento da PJ com os cidadãos que anseiam por colaborar convosco em domínios como a detecção de criminosos, a localização de desaparecidos e o reforço da segurança de locais de risco.

Desafios não nos faltam. Determinação também.

Contamos hoje, como sempre, com as mulheres e os homens da Polícia Judiciária, que, com esforço dedicado - que o Governo reconhece - têm posto a sua experiência, capacidade e competência ao serviço da liberdade e da segurança dos portugueses. Bem hajam e bom trabalho. Podeis contar connosco.